

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999

Activo	Exercícios					Capital Próprio e Passivo	Exercícios				
	2000		2000		1999		2000		1999		
	A. Líquido	A. Bruto	Ativos Liq. / Prov.	A. Líquido	A. Bruto		A. Líquido	Ativos Liq. / Prov.	A. Líquido	A. Bruto	Ativos Liq. / Prov.
	Ativos Líq. / Prov.	Ativos Brutos	Ativos Liq. / Prov.	Ativos Líq. / Prov.	Ativos Brutos		Ativos Liq. / Prov.	Ativos Brutos	Ativos Liq. / Prov.	Ativos Brutos	Ativos Liq. / Prov.
Imobilizado:											
Imobilizado incorpóreo:											
Despesa de instalação	199	31.363	19.575	31.866	3.987			14.886	3.928.796	1.618,0	
Despesa de investigação e desenvolvimento								34.486	4.973.336		
Tranques	8.176	1.928.817	389.764	1.629.851	871.960			2.754	348.146		
Imobilizações em curso	0	620		620	47.820						
	9.375	1.930.053	389.764	1.630.091	889.767						
Imobilizado Corpóreo:											
Edifícios e equipamentos	256	169.187	27.736	31.428	35.880						
Equipamento básico	23	6.779	2.193	4.266	71.073			13	3.928	39.111	
Equipamento de transporte											
Fornecedores e similares											
Equipamento administrativo											
	279	175.966	29.929	35.694	106.953			31.923	39.328.468	1.051,0	
Investimentos Financeiros:											
Partes de capital em empresas associadas	36.832	4.189.438		4.189.438	1.379.991			4.371	1.777.361	423,0	
Obrigações e títulos de participação		226		226	726			87.884	11.888.767	1.272,0	
	36.832	4.189.664		4.189.664	1.380.247						
Circulante:											
Estoque:											
Mercadorias											
Dívidas a Fornecedores - C. Prazo:											
Classes ocorrentes	4.361	1.321.410		1.321.410	842.886						
Classes extintas devidas	254	158.176	363.383	34.872	31.469						
Adiantamentos e fornecimentos	8	1.213		1.213	1.515						
Estado e demais emendas públicas	180	32.133		32.133							
Outros devedores	9.323	1.849.020		1.849.020	397.363						
Indicações de capital		1		1							
	14.296	3.362.940	363.383	3.239.646	1.273.813						
Títulos negociáveis:											
Títulos negociáveis	612	322.763		322.763	1.984.889			1.352	366.982	380,0	
Outros aplicações bancárias	27.917	4.360.364		4.360.364	306			495	90.483	360,0	
	28.529	4.783.127		4.783.127	1.985.195			15.727	2.148.176	380,0	
Dívidas a Fornecedores e Outros:											
Dívidas a Fornecedores e Outros	363	196.881		196.881	87.730			22.548	2.515.666	3.360,0	
	363	196.881		196.881	87.730						
Ativos e Diferimentos:											
Ativos e Diferimentos	661	87.373		87.373	27			361	48.443	58,0	
Ativos e Diferimentos	12	2.255		2.255	14.962			31	6.707	34,0	
Provisões diferidas	473	84.738		84.738	42.176			323	48.443	142,0	
Total de investimentos											
Total de provisões											
Total de Ativos	79.878	14.648.683	476.976	14.589.878	6.879.623			79.878	14.689.878	6.879.623	
							</				

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho Administração

PG-

Frederick de la Harpe
for Fred de la Harpe, Jr.
Havell

Jean Louis Tournier des Isles Vier
 Jean Baptiste
 Pierre J. de L. de Vier
 Louis Pierre (André) de Vier

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999

O Ténico Oficial de Contas:

O Conselho Administrativo

O Conselho Administrativo

Pedro de Albuquerque
José Gomes Sousa
Prof. Dr. João Carlos
Prof. Dr. João Carlos
Prof. Dr. João Carlos
Novabase SGPS

NOVABASE, Sociedade Gestora de Participações Financeiras, SA

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999

	Exercícios		
	2000	2000	1999
	Milhares Euros	Milhares Euros	Milhares Euros
Vendas e prestação de serviços	2 888	579 067	3 462 995
Custo das vendas e das prestações de serviços	1 759	352 735	2 579 154
Resultados brutos	1 129	226 332	883 841
Outros proveitos e ganhos operacionais	175	35 163	137 751
Custos de distribuição	104	20 869	20 931
Custos administrativos	0	0	212 222
Outros custos e perdas operacionais	672	134 703	646 022
Resultados operacionais	528	105 923	142 417
Custo líquido de financiamento	116	23 268	29 921
Ganhos/perdas em filiais e associadas	2 807	562 756	397 797
Ganhos/perdas em outros investimentos	4 132	828 441	-
Resultados não usuais	-	157 217	-
Resultados correntes	3 219	1 316 635	510 293
Impostos sobre os resultados correntes	196	39 274	84 905
Resultados correntes após impostos	3 023	1 277 361	425 388
Resultados extraordinários	-	-	-
Impostos sobre resultados extraordinários	-	-	-
Resultado líquido	3 023	1 277 361	425 388
Resultados por acção		0,064	0,047

O Técnico Oficial de Contas

RF →

O Conselho de Administração

[Handwritten signatures and initials of the Board of Directors]

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

O Conselho de Administração

[Handwritten signatures and initials]

Novabase SGPS



OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Novabase
S.R.L.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS E RELATÓRIO DE AUDITORIA

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas Demonstrações Financeiras anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2000, da **NOVABASE – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA**, as quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2000, (que evidencia um total de 14.169.075 contos e um total de capital próprio de 11.606.767 contos, incluindo um resultado líquido de 1.277.361 contos), as Demonstrações dos Resultados por naturezas e por funções e a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e nos correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da empresa:
 - a) a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade, a posição financeira ou resultados.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.

ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:

Av. Pórtico da Vitória, 73, 2º Esq. - 1050-312 Lisboa - Tel: 21 315 26 72 / 21 315 97 50 - Fax: 21 315 99 26 - ora.ora@mail.telepac.pt
Inscrita na C. M. A. M. com o nº 213 e na Ordem dos R.O.C. com o nº 40. Licenciamento nº 761 794 662



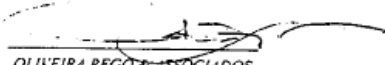
OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

- a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação de ser adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras;
 - a apreciação se a informação financeira é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação:
- a) da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da NOVABASE – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA em 31 de Dezembro de 2000, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.

LISBOA, 03 DE MAIO DE 2001


OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
Representada pelo Sócio Manuel de Oliveira Rego

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Relatório e Contas – 2000

NOVABASE, Sociedade Gestora de Participações Financeiras, SA
DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999

Custos e perdas	Exercícios					
	2000		2000		1999	
	Milhares Euros		Milhares Euros		Milhares Euros	
Custo das mercadorias vendidas e consumidas		12 243		2 454 408		814 230
Fornecimentos e serviços externos		16 658		3 339 864		1 887 870
Custos com o pessoal:						
Remunerações	14 924		2 901 948		1 394 934	
Encargos Sociais	2 813		564 035		317 258	
Outros	900	18 337	120 221	3 678 202	-	1 712 190
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	4 224		548 747		434 297	
Provisões	568	4 791	113 504	980 551	10 544	445 140
Impostos	58		11 796		8 900	
Outros custos e perdas operacionais	58	145	17 244	29 010	2 155	8 005
(A)		32 173		10 439 833		4 966 598
Juros e custos similares		902		180 799		50 005
(C)		33 975		10 640 832		4 727 850
Custos e perdas extraordinárias		1 118		223 853		189 655
(E)		54 191		10 864 285		4 917 317
Imposto sobre o rendimento do exercício		2 421		485 407		315 820
(G)		56 612		11 349 692		5 233 137
Interesses minoritários		195		38 093		22
Resultado consolidado líquido do exercício		5 395		1 262 672		404 865
		63 206		12 671 687		5 638 222
Proveitos e ganhos						
Vendas	17 132		3 434 822		860 665	
Prestações de serviços	35 715	52 847	7 180 225	10 594 847	4 288 114	5 148 770
Trabalhos para a própria empresa	5 286		1 059 851		157 143	
Proveitos suplementares	295		59 195		33 573	
Subsídios à exploração	22		4 348		57 667	
Outros proveitos e ganhos operacionais	19	5 821	3 732	1 126 897		248 363
(B)		58 468		11 721 744		5 387 160
Outros juros e proveitos similares		4 261		854 334		7 560
(D)		62 729		12 576 078		5 404 710
Proveitos e ganhos extraordinários		477		85 579		233 460
(F)		63 206		12 671 687		5 638 222
Resultados operacionais: (B) - (A).....		6 294		1 261 911		726 570
Resultados financeiros: (D - B) - (C - A).....		3 369		673 535		(31 466)
Resultados correntes: (D) - (C).....		9 654		1 935 446		877 104
Resultados antes dos impostos: (F) - (E).....		9 013		1 807 372		726 910
Resultados consolidados com os Interesses minoritários do exercício: (F) - (G).....		8 594		1 521 965		405 000

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

O Técnico Oficial de Contas

Rf - [Handwritten signatures]

O Conselho de Administração

[Handwritten signatures]

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM
31 DE DEZEMBRO DE 2000 E 1999**

O Técnico Oficial de Contas

O Conselho de Administração

Relatório e Contas – 2000

	2000	2000	1999
	Millões de Euros	Millões de Euros	Millões de Euros
Actividades operacionais:			
Recebimentos de clientes	35 014	7 019 591	4 173 531
Pagamentos a fornecedores	(22 373)	(4 483 291)	(2 206 103)
Pagamentos ao pessoal	(15 517)	(2 110 868)	(1 697 598)
Fluxo gerado pelas operações	(2 875)	(5 576 468)	269 830
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento	(588)	(117 892)	101 425
Outros recebimentos/pagamentos relativos à actividade operacional	(6 825)	(1 368 330)	(148 864)
Fluxo gerado antes das rubricas extraordinárias	(7 413)	(1 486 222)	(47 430)
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias	188	37 646	18 243
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias	(133)	(26 628)	(3 430)
Fluxo das actividades operacionais [1]	(10 234)	(2 851 672)	237 195
Actividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	-	45	847 138
Imobilizações corpóreas	596	119 474	53 918
Imobilizações incorpóreas	685	137 299	-
Subsídios de investimento	172	34 427	34 673
Dividendos	-	-	-
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	(5 499)	(1 102 534)	(1 143 050)
Imobilizações corpóreas	-	-	0
Imobilizações incorpóreas	(2 902)	(581 737)	(14 430)
Outros pagamentos/recebimentos de actividades de investimento	-	-	37 687
Pagamento de juros e custos similares	(732)	(146 708)	-
Fluxos das actividades de investimento [2]	(9 133)	(1 830 979)	(1 119 793)
Actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	-	-	898 357
Aumentos capital, prestações suplementares e prémios de emissão	37 780	7 574 192	38 335
Juros e prêmios similares	3 713	744 437	7 598
Venda de acções próprias	-	-	14 125
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	(1 983)	(397 484)	-
Pagamento rendas de aluguer	(625)	(125 401)	(105 319)
Juros e custos similares	(732)	(146 708)	(46 801)
Gratificações	(244)	(49 000)	(25 050)
Redução de capital e prestações suplementares	-	-	(26 000)
Fluxos das actividades de financiamento [3]	(3 584)	(718 593)	(203 170)
Variação de caixa e seus equivalentes [4] = [1] + [2] + [3]	19 995	4 008 630	1 214 716
Caixa e seus equivalentes no início do período	6 229	1 248 876	34 168
Caixa e seus equivalentes no fim do período	26 224	5 257 506	1 248 876

O Técnico Oficial de Contas

RF-

J. R. de A. J.

João Paulo Cardoso

João Paulo

O Conselho de Administração

João Paulo

João Paulo



OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

Novabase
S.O.P.B.

16/11
f

CERTIFICAÇÃO LEGAL E RELATÓRIO DE AUDITORIA
DAS CONTAS CONSOLIDADAS

INTRODUÇÃO

1. Nos termos da legislação aplicável, apresentamos a Certificação Legal das Contas e o Relatório de Auditoria sobre a informação financeira contida no Relatório de Gestão e nas Demonstrações Financeiras Consolidadas anexas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2000, da **NOVABASE – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA**, às quais compreendem: o Balanço em 31 de Dezembro de 2000, (que evidencia um total de 17.294.258 contos e um total de capital próprio de 11.051.661 contos, incluindo um resultado líquido de 1.282.872 contos), as Demonstrações consolidadas dos Resultados por naturezas e por funções e a Demonstração consolidada dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e nos correspondentes Anexos.

RESPONSABILIDADES

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração da empresa:
- a) a preparação das demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do conjunto de empresas incluídas na consolidação, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos de caixa consolidados;
 - b) a informação financeira histórica, que seja preparada de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites e seja completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários;
 - c) a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados;
 - d) a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado;
 - e) a informação de qualquer facto relevante que tenha influenciado a actividade do conjunto das empresas incluídas na consolidação, a posição financeira ou resultados; e
 - f) a informação financeira prospectiva, que seja elaborada e apresentada com base em pressupostos e critérios adequados e coerentes e suportada por um sistema de informação apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em verificar a informação financeira contida nos documentos de prestação de contas acima referidos, designadamente sobre se é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita, conforme exigido pelo Código dos Valores Mobiliários, competindo-nos emitir um relatório profissional e independente baseado no nosso exame.



ÂMBITO

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão/Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto o referido exame incluiu:
 - a verificação das demonstrações financeiras das empresas incluídas na consolidação terem sido apropriadamente examinadas e, para os casos significativos em que o não tenham sido, a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações nelas constantes e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo órgão de gestão respectivo, utilizadas na sua preparação;
 - a verificação das operações de consolidação e da aplicação do método da equivalência patrimonial;
 - a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;
 - a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade;
 - a apreciação de ser adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras; e
 - a apreciação se a informação financeira consolidada é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.
5. O nosso exame abrangeu ainda a verificação:
 - a) da concordância da informação financeira consolidada constante do Relatório de Gestão com os restantes documentos de prestação de contas.
6. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

OPINIÃO

7. Em nossa opinião, as referidas demonstrações financeiras consolidadas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira consolidada da NOVABASE – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, SA em 31 de Dezembro de 2000, o resultado consolidado das suas operações e os fluxos consolidados de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites e a informação nelas constante é completa, verdadeira, actual, clara, objectiva e lícita.



OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS
Sociedade de Revisores Oficiais de Contas

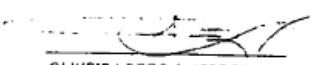
ÊNFASE

8. Sem afectar a opinião expressa no parágrafo anterior, chamamos a atenção para a situação seguinte:

8.1. O perímetro de consolidação é constituído pela empresa mãe - NOVABASE, SGPS, S.A. e 30 subsidiárias.

As filiais NBO - Recursos em Tecnologias de Informação, SA e Novabase Capital, SGPS, SA foram objecto de Revisão Legal de Contas pela nossa Sociedade. As restantes, com materialidade, foram também sujeitas a auditoria por parte de outros revisores/auditores. Pela sua dimensão, consideramos que as empresas que não foram objecto de revisão/auditoria não deverão provocar eventuais ajustamentos que possam afectar a imagem verdadeira e apropriada das contas do Grupo.

LISBOA, 03 DE MAIO DE 2001


OLIVEIRA REGO & ASSOCIADOS
SOCIEDADE DE REVISORES OFICIAIS DE CONTAS
Representada pelo Sócio Manuel de Oliveira Rego

NOVABASE – SOCIEDADE GESTORA DE PARTICIPAÇÕES SOCIAIS, S.A.

ASSEMBLEIA GERAL DE ACCIONISTAS DE 22 DE MAIO DE 2001

EXTRACTO DA ACTA

“Aos vinte e dois dias do mês de Maio do ano de dois mil e um, pelas 15 horas, teve lugar no Hotel Dom Pedro Lisboa, sito na Av. Engenheiro Duarte Pacheco n.º 24, em Lisboa, por as instalações da sociedade não reunirem as condições necessárias, a Assembleia Geral Anual de Accionistas da Novabase – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A. com a seguinte Ordem de Trabalhos: Ponto Um: Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas da sociedade relativas ao exercício de 2000, bem como sobre o relatório de gestão consolidado e contas consolidadas respeitantes ao mesmo exercício;

Ponto Dois: Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;

Ponto Três: Proceder à apreciação geral do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da sociedade;

Ponto Quatro: Eleição de um membro do Conselho Fiscal para preenchimento de vaga e designação do respectivo Presidente;

Ponto Cinco: Deliberar sobre a implementação de um Plano de Opção de Compra de Acções para os trabalhadores e membros do Conselho de Administração da sociedade e das restantes sociedades do grupo Novabase e aprovação do respectivo regulamento;

Ponto Seis: Deliberar sobre a supressão do direito de preferência dos accionistas relativamente ao aumento de capital a deliberar pelo Conselho de Administração para suporte do Plano de Opção de Compra de Acções mencionado no ponto anterior;

Ponto Sete: Deliberar sobre a alteração dos estatutos da sociedade, designadamente através da modificação dos actuais artigos 1º, 3º, 4º, 5º, 6º, 7º, 8º, 9º, 10º, 11º e 12º, a supressão do artigo 13º e o aditamento dos novos artigos 5º, 6º, 7º, 8º, 10º, 13º, 19º, 20º, 21º e 22º, com a consequente renumeração do restante articulado.

Ponto Oito: Deliberar sobre aquisição e alienação de acções próprias.

A Assembleia Geral foi regularmente convocada, mediante aviso convocatório, devidamente publicado conforme a lei determina, que fica arquivado à presente acta. Encontravam-se presentes os accionistas constantes da lista de presenças, representando vinte e um milhões duzentos e trinta e oito mil e sessenta e cinco acções representativas do capital social da sociedade e a que corresponde 75,31% do capital social da empresa que é de catorze milhões e cem mil euros.

A Assembleia foi dirigida pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral, o Dr. Raúl Bordalo Junqueiro.

Encontravam-se ainda presentes o Secretário da Mesa da Assembleia Geral da “Novabase – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.”, o Senhor Dr. Diogo Leónidas Rocha, o Presidente do Conselho de Administração, Senhor Prof. Rogério dos Santos Carapuça, os Vogais do Conselho de Administração, Eng. José Oom Afonso de Sousa, Eng. Pedro Miguel Quinteiro Marques de Carvalho, Eng. Álvaro José da Silva Ferreira, Eng. Paulo Jorge Freire Andrez, Eng. João Vaz Mota Ranito, Eng. João Filipe Santos Teixeira Neto, Eng. José Carlos de Almeida Pedro de Jesus e Eng. Nuno Miguel Isidoro Duarte, e os Vogais do Conselho Fiscal, Dr. Oliveira Rego e Dr. José Miguel Caseiro Martins Godinho.

A folha de presenças e as cartas mandadeiras dos accionistas representados ficam arquivadas junto à presente acta e consideram-se parte integrante da mesma. O Presidente da Mesa da Assembleia Geral verificou não haver, do seu conhecimento, qualquer situação que envolvesse limitação de contagem de votos, nos termos previstos nos estatutos e na lei, encontrando-se a Assembleia em condições de deliberar sobre todos os pontos da ordem de trabalhos.

Passados que foram cerca de trinta minutos sobre a hora marcada, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral declarou aberta a sessão começando por cumprimentar os órgãos sociais da

Sociedade presentes, bem como os accionistas presentes representados nesta Assembleia, tendo dispensado a leitura integral da convocatória da presente Assembleia, dado o seu conteúdo ser do conhecimento de todos os accionistas presentes, lendo apenas a Ordem de Trabalhos.

Dando entrada no ponto um da Ordem de Trabalhos o Presidente da Mesa procedeu à leitura do mesmo e da respectiva proposta: "Ponto Um: Deliberar sobre o relatório de gestão e as contas da sociedade relativas ao exercício de 2000, bem como sobre o relatório de gestão consolidado e contas consolidadas respeitantes ao mesmo exercício;

Proposta do Conselho de Administração: "Nos termos e para os efeitos do disposto nos artigos 376º, nº1, alínea a) e 508º-A, n.º 2 do Código das Sociedades Comerciais e das disposições estatutárias aplicáveis, propõe-se que a Assembleia delibere sobre o relatório de gestão e as contas da sociedade relativas ao exercício de 2000, bem como sobre o relatório de gestão consolidado e contas consolidadas respeitantes ao mesmo exercício."

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente do Conselho de Administração, Senhor Prof. Rogério dos Santos Carapuça que fez uma apresentação gráfica das contas do exercício do ano 2000 e expôs sumariamente as conclusões constantes do relatório de gestão.

Retomando a palavra, o Presidente da Mesa solicitou aos accionistas a colocação de questões que entendessem convenientes. Não tendo sido por estes requerido qualquer esclarecimento, o Presidente da Mesa colocou a proposta a votação. Terminado o escrutínio, procedeu-se à leitura e projecção dos respectivos resultados, que foram os seguintes:

Votos a favor: 21.238.065 (vinte um milhões duzentos e trinta e oito mil e sessenta e cinco)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 0 (zero)

Votos nulos: 0 (zero)

Perante os resultados, o Presidente da Mesa proclamou ter sido aprovada a proposta relativa ao ponto um da Ordem de Trabalhos.

A proposta do Conselho de Administração, bem como a documentação relativa a esta votação ficam arquivadas junto à presente acta e consideram-se parte integrante dela.

Dando entrada no ponto dois da Ordem de Trabalhos o Presidente da Mesa procedeu à leitura do mesmo e da respectiva proposta: "Ponto Dois: Deliberar sobre a proposta de aplicação de resultados;"

Pelo Conselho de Administração foi apresentada a seguinte proposta: "Nos termos das disposições legais e estatutárias, o Conselho de Administração propõe que o resultado líquido do exercício findo, no valor de Esc.1.277.361.351\$00 (mil duzentos e sessenta e sete milhões, trezentos e sessenta e um mil, trezentos e cinquenta e um escudos) seja aplicado do seguinte modo:

Reserva Legal : Esc. 63.868.068\$00;

Resultados Transitados: 1.213.493.283\$00";

O Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Presidente do Conselho de Administração, Senhor Prof. Rogério dos Santos Carapuça que, expondo a proposta, explicou que, de acordo com o divulgado aos accionistas através do prospecto aquando da realização do IPO, " Na medida em que tal seja legalmente possível, é intenção do actual Conselho de Administração da Novabase SGPS propor que nas Assembleias Gerais a realizar nos próximos 3 anos em que sejam apreciados os documentos de prestação de contas anuais da Novabase, que os resultados do exercício continuem a ser investidos na própria empresa com vista a privilegiar investimentos de natureza estruturante, com impacto decisivo no crescimento da rentabilidade da empresa." Assim, a proposta apresentada pelo Conselho de Administração foi que os resultados apurados se destinassem 5% para reservas legais e o restante para resultados transitados, conforme constante do Relatório e Contas.

Retomando a palavra, o Presidente da Mesa solicitou aos accionistas que colocassem as questões que entendessem convenientes. Não tendo sido por estes requerido qualquer esclarecimento, o Presidente da Mesa colocou a proposta a votação. Terminado o escrutínio, procedeu-se à leitura e projecção dos respectivos resultados, que foram os seguintes:

Votos a favor: 21.238.065 (vinte um milhões duzentos e trinta e oito mil e sessenta e cinco)

Votos contra: 0 (zero)

Abstenções: 0 (zero)

Votos nulos: 0 (zero)

Perante os resultados, o Presidente da Mesa proclamou ter sido aprovada a proposta relativa ao ponto dois da Ordem de Trabalhos.

Dando entrada no ponto três da Ordem de Trabalhos o Presidente da Mesa procedeu à leitura do mesmo e da respectiva proposta, apresentada por dois accionistas privados: "Ponto Três: Proceder à apreciação geral do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal da sociedade;"

Proposta: "Tendo em conta a acção desenvolvida pelo Conselho de Administração durante todo o exercício de 2000, com especial relevância para o excelente desempenho verificado em todas as áreas de negócio onde a empresa está envolvida, aliás patente nos indicadores económico - financeiros do referido exercício, propõe-se que seja expresso um voto de confiança ao Conselho de Administração, extensivo a todos os seus membros. Mais se propõe um voto de confiança ao Conselho Fiscal, extensivo a todos os seus membros."

O Presidente da Mesa retomando a palavra declarou que, em virtude de não existirem outras propostas sobre esta matéria, colocava a mesma à votação. Concluída a votação, procedeu-se à leitura e projecção dos respectivos resultados, que foram os seguintes:

Votos a favor: 21.238.065 (vinte um milhões duzentos e trinta e oito mil e sessenta e cinco)

Votos contra : 0 (zero)

Abstenções: 0 (zero)

Votos nulos: 0 (zero)

Perante os resultados, o Presidente da Mesa proclamou ter sido aprovada a proposta relativa ao ponto três da Ordem de Trabalhos.

(...)

Findos os agradecimentos, e nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa declarou encerrada a Assembleia Geral, pelas 17 horas, sendo lavrada a presente acta que vai ser assinada pelo Presidente da Mesa da Assembleia Geral e pelo Secretário da Mesa da Assembleia Geral."

As presentes deliberações da Assembleia Geral de Accionistas da Novabase – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A., Sociedade Aberta, com sede na Av. Engenheiro Duarte Pacheco, Amoreiras, Torre 1, 9º piso, em Lisboa, pessoa colectiva n.º 502280182, matriculada na Conservatória do Registo Comercial de Lisboa sob o n.º 1495, com o capital social de 14.127.982 Euros, são certificadas pelo signatário, nos termos e para os efeitos previstos no artigo 446º-B alínea f) do Código das Sociedades Comerciais, destinando-se a presente certificação a ser publicada para dar cumprimento ao disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 6º do Regulamento n.º 11/2000 da CMVM.

O Secretário da Sociedade
Diogo Leónidas Rocha